

**Conformando o discurso sobre a História Pátria:
Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia entre notas e prefácios.**

VITOR CLARET BATALHONE JÚNIOR*

Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, sorocabano, brasileiro por decreto, engenheiro por formação, diplomata de carreira e historiador devotado à “História Pátria” realizou durante sua vida uma obra que o consagrou e lhe rendeu predicados como “o mestre” e de “grande exemplo a seguir e a venerar” (ABREU, 1931: 129-131, 133, 215; CEZAR, 2007: 165-171). Essa obra foi a *História geral do Brasil*, publicada em sua primeira edição, entre 1854 e 1857. Posteriormente, a *História geral* foi reeditada por Varnhagen, sendo a segunda edição publicada em 1877. Assim, à época, apesar dos desafetos surgidos entre o Visconde e os então chamados “indianistas românticos” – muitos dos quais também eram membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fundado na Corte imperial em 1838 –, Varnhagen experimentou grande prestígio por parte de seus pares e do público em função do sucesso de sua obra monumental. Entretanto, no ano seguinte, em 29 de julho de 1878, falecia aquele que seria considerado o fundador da historiografia brasileira (CEZAR, 2007: 186).

Por razão da morte de Varnhagen, um jovem escritor cearense chegado havia pouco à capital imperial, a saber, João Capistrano de Abreu, publicou, em 1878, um artigo intitulado *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*. Nesse artigo, Capistrano começou por estabelecer as bases sobre as quais, segundo suas concepções, deveria ser escrita a história do Brasil. Em 1882, apenas quatro anos depois de seu *Necrológio* sobre Varnhagen, Capistrano publicou um outro texto, *Sobre o Visconde de Porto Seguro*, no qual a exposição de suas concepções acerca de como deveria ser escrita a história nacional foram ampliadas, estabelecendo uma crítica historiográfica que encobriu desde a obra de Varnhagen até outros autores importantes porém de menor porte na opinião de Capistrano, como foi o caso do maranhense João Francisco Lisboa, caracterizado por Capistrano como o pioneiro em relação a uma escrita da história “das municipalidades” brasileiras. Segundo as

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Bolsista CAPES.

ponderações do cearense, faltara a João Francisco a capacidade de sintetizar a história do Brasil segundo um aspecto *geral*, assim como de coligir e sistematizar um *corpus* documental amplo sobre a história do Brasil. Curiosamente, tanto Lisboa quanto Capistrano reconheciam a primazia de Varnhagen na questão que concernia à coleta e à utilização do maior e mais valioso conjunto documental sobre a “História Pátria” disponível até aproximadamente o último terço do século XIX (ABREU, 1931: 198-201; OLIVEIRA, 2006: 42).

Outra característica bastante marcante das preocupações historiográficas iniciais de Capistrano de Abreu, mas que se perpetuaram por toda sua carreira de historiador, foi o constante e consistente processo de rastreamento, de avaliação, de crítica e de edição de documentos relativos à história brasileira, especialmente àqueles do período colonial. Para Capistrano, fechar as “lacunas” documentais da “História Pátria” seria um momento decisivo na constituição não somente da historiografia e da disciplina da história do Brasil, mas também na constituição da história nacional enquanto arcabouço de experiências e tradições que conformariam a identidade nacional brasileira.¹ Destarte, rastrear, coligir, avaliar, estabelecer processos de crítica documental e de edição de documentos históricos eram estágios fundamentais não somente à formação e à consolidação de uma disciplina mas também à construção de uma identidade nacional.

Entretanto, a preocupação e a execução de um processo de coleta, crítica e edição de documentos históricos não começou exclusivamente com Capistrano ou mesmo foi uma iniciativa isolada de sua parte. Em 1838 foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o qual deveria orientar as atividades e as reflexões acerca da constituição de uma história e de uma geografia do Brasil, “realizando a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir

¹ “Mas nem sempre o autor entenderia assim: não dera conta de toda a encomenda; avaliava que a parte realizada estava repleta de lacunas, assemelhando-se menos a um edifício e muito mais a uma *tapera*”. Ainda segundo Ilmar Mattos, para Capistrano de Abreu, a “História Pátria” seria como “um tempo homogêneo que deve necessariamente ser preenchido, até o momento de uma plena constituição”. MATTOS, Ilmar Rohloff de. [Capítulos de Capistrano](#). In: *Modernos Descobrimentos do Brasil*. Texto disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/desc/capistrano/frame.htm>. Acessado em 05/06/2011. “Dentre a mocidade que estuda, será possível que ninguém ambicione tornar conhecido algum ponto obscuro do passado? Há-os em abundância, e cada qual mais importante”. ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.199, 204-205. “A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana”. RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001, p.53-67.

para o desenho dos contornos que se quer[ia] definir para a Nação brasileira”. Dentre os pressupostos estabelecidos nos estatutos de fundação e funcionamento do IHGB, ficaram definidos algumas diretrizes centrais de ação, dentre as quais uma das principais foi “a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil” (GUIMARÃES, 1988: 7-9). Havia uma crença comum entre os homens letrados da época, de que o patamar fundamental para a fundação da história e da historiografia brasileiras seria num primeiro momento um necessário processo de descoberta, coleta, avaliação crítica e publicação de documentos considerados essenciais, os quais eram basicamente, documentos coloniais.

A partir da segunda metade do século XIX, “o instituto passa a dar prioridade à produção de trabalhos inéditos nos campos da história, da geografia e da etnologia, relegando a segundo plano a tarefa até então prioritária de coleta e armazenamento de documentos” (GUIMARÃES, 1988: 11). Entretanto, com exceção da supracitada *História geral do Brasil* de Varnhagen, tais trabalhos inéditos se caracterizaram, de maneira geral, como monografias sobre temas históricos.²

Apesar disso, Capistrano de Abreu, ao deliberar acerca (MATTOS, s/d: s/p):

da importância do conhecimento das viagens e dos viajantes para a compreensão de nossa história, sublinharia parecer incrível, embora exato, quase não haver no Instituto quem saiba fazer esta coisa tão simples - editar um livro, residindo a prova no fato de que nem mesmo as coisas mais comecinhas, como determinar a época em que foi escrito e assim circunscrever o período em que se deve procurar o autor quando o livro é anônimo, nem mesmo a isto se julgavam obrigados os seus sócios.

[. . .]

O certo é que seriam sempre ambíguas suas relações com a instituição que contara com o apoio do Imperador, até porque inevitavelmente mediatizadas pela sombra da figura de Francisco Adolfo de Varnhagen. Do Instituto destacaria sempre o zelo proveniente de seus fundadores na coleta e organização dos documentos interessantes à história pátria, grande parte dos quais transcritos nas páginas de sua Revista Trimensal [. . .].

No ano de 1900, sob pedido da Livraria Laemmert, Capistrano dera início ao projeto de anotação crítica da terceira edição revista da *História geral do Brasil* de

² Como por exemplo *Os indígenas do Brasil perante a História. Memória oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, escrito por Gonçalves de Magalhães e publicado no tomo XXIII, do primeiro trimestre de 1860, da *Revista Trimensal do Instituto Histórico*. MAGALHÃES, D. J. G.. Os indígenas do Brasil perante a História. Memória oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico e Ethnográfico do Brasil*. Tomo XXIII, 1º trimestre. Rio de Janeiro/Nendeln: Kraus Reprint, 1860/1973, p.3-66. Texto disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1860t0023c.pdf>. Acessado em 05/06/2011.

Varnhagen. A partir desse momento intensificar-se-ia para Capistrano a necessidade de coligir, avaliar, criticar e editar documentos históricos, uma vez que o historiador cearense acreditava serem os documentos, os elementos fundamentais para a constituição da historiografia (MATTOS, s/d: s/p).³

E como segundo Ilmar Mattos, “o mundo parecia coberto de documentos para aquele cearense que aos vinte e dois anos chegara ao Rio de Janeiro; se não o mundo, ao menos a Corte imperial”, foi justamente na Corte, onde Capistrano trabalhara como professor no Imperial Colégio de Pedro II e como oficial da Biblioteca Nacional a partir 1879, que ele conheceu seu grande amigo e companheiro de empreendimentos acadêmicos: Rodolfo Augusto de Amorim Garcia. Radicado na capital a partir dos primeiros anos da década de 1910, Garcia formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, a “famosa” Escola do Recife, e atuou de maneira destacada como bibliotecário e historiador (MATTOS, s/d: s/p; RODRIGUES, 1970: 155-162).⁴

Todavia, foi trabalhando no processo de anotação da *História geral do Brasil*, junto a Capistrano de Abreu, que Garcia conheceu maior renome.⁵ Nesse esforço de tornar mais completa e aperfeiçoada a *História geral*, Capistrano e Garcia incluíram na obra inúmeras notas de rodapé e de finais de seção. Nessas notas constavam referências e informações relativas não somente a estudos e documentos historiográficos publicados após a data de falecimento do Visconde como também, avaliações críticas dos próprios

³ “Assim instrumentalizado, ele iniciaria um extenso e profícuo trabalho com aqueles que, declarada ou anonimamente, haviam legado testemunhos sobre a formação do Brasil, porque *o melhor meio de estudar a história pátria, ou antes o único, é tomar os testemunhos contemporâneos autênticos e deles extrair a narrativa dos acontecimentos*”. Grifo do autor. Texto disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/desc/capistrano/frame.htm>. Acessado em 05/06/2011.

⁴ Sobre a Escola do Recife, Roberto Ventura escreveu um interessante livro no qual aborda um tipo de prática intelectual que foi bastante recorrente entre o período de 1870 e 1914. Tais práticas eram as polêmicas travadas entre homens letrados em periódicos nacionais, acerca de assuntos referentes à vida social, política e cultural nacional, e em especial, acerca do processo e do caráter da formação da nacionalidade brasileira. Ventura estudou entre outros, como Capistrano de Abreu por exemplo, Sílvio Romero de uma forma privilegiada, autor que foi formado na Escola do Recife e foi reconhecido publica e amplamente como polemista feroz e irascível. VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁵ “Capistrano de Abreu começou a publicação de uma terceira tiragem da obra, corrigida e anotada por ele mesmo, em 1906, mas ele não a terminou por causa de um incêndio na casa de edição. Rodolfo Garcia assumiu o projeto em 1928 e publicou, em cinco tomos, a terceira edição integral, com seus comentários e o trabalho de Capistrano de Abreu sobre o texto original de Varnhagen”. O texto original encontra-se em francês, sendo a tradução, de minha inteira responsabilidade. CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle: essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen*. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. François Hartog. Paris: EHESS, 2002, p.540-541.

documentos coloniais utilizados por aquele que foi considerado, especialmente por eles, o pai fundador da historiografia nacional. Durante e após a tarefa de anotar criticamente a terceira e quarta edições revisadas da grande obra de Varnhagen, Rodolfo Garcia e Capistrano de Abreu colocaram em marcha, embora não de forma necessariamente coordenada, um amplo processo de coleta, crítica, anotação, prefaciamento, adição de introduções críticas, editoração e publicação de documentos considerados fundamentais para a consecução de uma escrita da história do Brasil, que, segundo os autores, fosse mais solidamente verdadeira, mais ampla e mais completa do que a de seus predecessores.

Entre tais documentos, privilegamos a análise dos prefácios, introduções e notas de rodapé da série documental da *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil*, dos *Tratados da terra e gente do Brasil* de Fernão Cardim, do *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa* e da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, pois acreditamos que tal processo colaborou no sentido de conformar o discurso acerca da historiografia brasileira ao longo das três primeiras décadas do século XX.

Primeiramente, seria importante explicitar as características principais dos apêndices textuais – *metatextos* –, que escolhemos para a análise, ou seja, prefácios, introduções (espécie de modulação do prefácio) e notas de rodapé. Segundo Gérard Genette, um *metatexto* é uma zona espacial verbal de um texto impresso que opera direcionamentos na prática da leitura, tendo como pressuposto por parte dos responsáveis pelo texto – autores e/ou editores –, proporcionar “uma melhor recepção do texto e de uma leitura mais pertinente – mais pertinente, entendamos, aos olhos do autor e de seus aliados” (2007: 8).⁶

Neste estudo, tratamos basicamente de *metatextos alográficos tardios*, ou seja, de anexos textuais que não foram escritos pelos autores originais durante sua vida, mas antes, por outros autores e/ou editores num período posterior ao falecimento dos autores originais. Tais *metatextos* possuem o predicativo de emanarem autoridade potencial sobre a leitura dos interlocutores, pois é prática comum que o autor do prefácio ou das notas alográficas tardias seja um especialista ou uma autoridade referente à área de interesse da obra original. Eles exercem também uma espécie de força ilocutória sobre as possibilidades de leitura dos textos principais, não sendo mera descrição dos

⁶ O texto original encontra-se em francês, sendo a tradução, de minha inteira responsabilidade.

denominados textos principais. Para o caso em questão, creio que o caráter ilocutório dos *metatextos* possa ocasionar efeitos determinantes sobre leituras possíveis do texto principal. Embora não constitua uma determinação invariável sobre o discurso e sobre o processo de leitura, esse potencial ilocutório condiciona a performance da mesma, fenômeno que é em si, função dos *metatextos* (GENETTE, 2007: 16-17).⁷

Importante frisar que a prática de adicionar prefácios e notas de rodapé alográficos tardios está estritamente vinculada à reprodução impressa de textos antigos no formato de edições críticas, como são os casos dos documentos editados por Garcia e Capistrano. Tais *metatextos* são o espaço privilegiado para o surgimento de uma reflexão crítica acerca do texto principal, chegando frequentemente, a se incorporar a tal texto, dando permanência a uma *memória discursiva* que delimitaria as possibilidades do discurso acerca da história do Brasil (FOUCAULT, 2009: 31-32; GENETTE, 2007: 177-178, 180).

Dessa forma, os prefácios (ou introduções críticas) e notas de rodapé adicionados aos volumes impressos dos documentos históricos editados por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, *metatextos* esses escritos por eles, funcionariam de modo a possibilitar a existência de um *domínio de memória discursiva* dentro do qual, por exemplo, após a definição de certos conceitos, objetos e percepções acerca da história do Brasil, as opções discursivas tornar-se-iam processualmente restritas (FOUCAULT, 2009: 73-78). A meta-estrutura factual da história brasileira, por exemplo, foi-se tornando progressivamente consolidada desde a publicação da *História geral do Brasil*, de forma que durante muito tempo pouco se questionou acerca da própria validade e da existência de uma história geral do Brasil condicionada pelos conceitos de *Estado e nação*, constituída por um determinado conjunto de fatos históricos que possuem como marca inicial aproximada o ano de 1500 se perpetuando até um presente histórico qualquer.

Isso posto, começemos pelos *Tratados da terra e gente do Brasil* (1939) de Fernão Cardim. Os *Tratados* foram uma fonte colonial utilizada em larga escala por Varnhagen em sua *História geral*. Além disso, recebeu grande atenção por parte de Capistrano e Garcia, os quais a anotaram, adicionaram textos introdutórios e um apêndice.

⁷ Segundo Arendt, que baseia-se em Mommsen, a autoridade constituiria um fenômeno no qual uma enunciação seria “mais que conselho e menos que uma ordem”. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.163-165.

Originalmente, o referido documento era composto por três códices distintos, reconhecidos sob os nomes *Do Clima e Terra do Brasil*, *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil* e *Narrativa espistolar, ou Informação da Missão do Padre Christovão de Gouvêa às partes do Brasil* (GARCIA, 1939: 8). Foi somente após o trabalho de reconhecimento de autoria e de estabelecimento de um *corpus* textual relativamente coeso, realizado por Capistrano de Abreu, esforço esse calcado na crítica efetuada sobre códices diversos, que os *Tratados da terra e gente do Brasil* puderam efetivamente ser acolhidos sob tal nome e reconhecidos como uma unidade referente a uma outra unidade que denominamos autor. De forma semelhante, a *História do Brasil* do Frei Vicente do Salvador, antes do trabalho de crítica e editoração realizado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, também se assemelhava antes a um conjunto difuso, mais ou menos homogêneo de documentos singulares, do que a um *corpus* documental único, capaz de ser reunido em torno de uma identidade maior que poderíamos caracterizar como sendo uma obra ou um autor.

Dessa forma, um primeiro condicionamento aplicado ao discurso da história do Brasil perceptível através da análise dos *metatextos* adicionados por Capistrano e Garcia aos documentos coloniais editados por eles foi a determinação de uma unidade através da definição de um título e de um autor para um conjunto discursivo de textos até então esparso e difuso. A partir de então a “História Pátria” deveria tanger não apenas determinadas informações e textos diversos, mas a unidade representada pelos nomes dos *Tratados da terra e gente do Brasil* de Fernão Cardim e da *História do Brasil* do Frei Vicente do Salvador.

Tal unidade deveu-se também à reunião do antigo conjunto difuso de discursos numa materialidade única, ou seja, um livro singular identificado a um título e um autor determinados. Dentro desse conjunto unificado, os prefácios, introduções e notas operaram a função de retificar e perpetuar uma série de operações de crítica documental que conduziu às unidades autor e obra. Mediante a narração da história tanto do referido processo de crítica que culminou na unidade da obra quanto na narração da história da vida dos autores, um sentido no processo de constituição da história do Brasil lhes foi concedido. Fernão Cardim, por exemplo, foi considerado um dos “nossos primeiros patricios” que presidiram “á fundação da nacionalidade brasileira”, um “élo dessa cadeia a que pertenceram Anchieta e Vieira”, como alguém que estabeleceu entre os

dois, uma espécie de linhagem genética no rol dos “grandes” brasileiros que legaram obras importantes à história do Brasil: “cuidado, trato, amor de um Brasil que ia passar, e morrer, legados ao Brasil da posteridade, que, esse, passando sucesivamente, nunca morrerá” (GARCIA, 1939: 8-10).

A idéia da continuidade de uma pressuposta essência nacional, não obstante as necessárias metamorfoses implicadas por todo processo de evolução histórica, era portanto ratificada logo de saída no texto da *Introdução Geral* escrito por Garcia para os *Tratados* de Fernão Cardim. Dessa forma, desde o início da edição, em função de tais textos introdutórios, o leitor já se encontraria em contato com a concepção de que o objeto “Brasil”, dotado das propriedades de unidade e coesão, teria passado “succecivamente” por um processo histórico contínuo, não perecendo jamais, sendo capaz de manter uma identidade determinada através de um período de longa duração.

Isso também ocorre nos outros *metatextos* dos documentos aqui considerados. Nas notas de rodapé da *História geral do Brasil*, por exemplo, a orientação do sentido da narrativa, as bases teóricas e o *corpus* documental utilizado foram constantemente corroborados pelos anotadores. Os “quadros de ferro” de Varnhagen tornavam-se mais sólidos, ou talvez, estivessem sendo erguidos naquele exato momento.

Um segundo elemento importante a ser destacado foi uma espécie de movimento circular de autorreferenciação do discurso histórico enunciado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia nos *metatextos* em questão.

Na *Introdução Geral* aos *Tratados* de Fernão Cardim, assim como nos prefácios, introduções e notas de rodapé constantes na série documental da *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil*, no *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa* e na *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, a maior parte das fontes utilizadas para compor as narrativas de tais *metatextos* é recorrente entre si. Os *Annaes da Bibliotheca Nacional*, múltiplos números da *Revista do Instituto Histórico*, Anchieta, Nóbrega, Cardim, Frei Vicente, Jabotão, Gândavo, Gabriel Soares, a *História geral do Brasil* de Varnhagen e os volumes da *Primeira visitação do Santo Officio* aparecem como as referências mais frequentes nos referidos prefácios, introduções e notas.

Esse último conjunto de textos foi prefaciado por Capistrano de Abreu e por Rodolfo Garcia, tendo sido inicialmente publicado pela Sociedade Capistrano de Abreu em 1922, na série “Eduardo Padro”. No *Prefácio* escrito por Capistrano de Abreu em

adição à *Primeira visitação do Santo Offício as partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Confissões da Bahia (1591-92)*, o autor dissertou sobre as características gerais do conteúdo do volume e esboçou uma pequena história da primeira visitação do Santo Ofício à colônia portuguesa (ABREU, 1935).

Para compor seu texto, recorreu basicamente ao conjunto de textos referido acima, adicionando algumas referências às revistas do Arquivo Histórico Português, à *Mediaeval heresy & the Inquisition* de Turberville e à *Historia dos Cristãos novos Portuguezes*, de seu amigo João Lúcio d’Azevedo. Todavia, as informações são fundamentalmente lastreadas na *História geral do Brasil*, em José de Anchieta, Nóbrega, Gândavo, Fernão Cardim, Frei Vicente do Salvador e Gabriel Soares, os quais, mesmo não sendo citados em notas de rodapé, surgem referenciados no próprio corpo do texto, garantindo as informações da narrativa de Capistrano de Abreu (1935: I-VI, VII-IX, XIV, XVI-XVIII, XIX, XXI-XXIX). Nas *Denúncias da Bahia*, cuja *Introdução* também foi escrita por Capistrano de Abreu, encontramos novamente como referência para a composição de seu breve texto, os recorrentes nomes de Gabriel Soares de Sousa, frei Jaboatão, frei Vicente do Salvador, além de Pero de Magalhães de Gândavo (ABREU, 1925: 11,12, 14-17).

No caso das *Denúncias de Pernambuco*, cujo estudo introdutório coube a Rodolfo Garcia, o mesmo padrão está presente. As próprias *Denúncias da Bahia*, com *Prefácio* de Capistrano de Abreu, apareceram como referência dezesseis vezes. A quarta edição da *Historia geral do Brasil* de Varnhagen também foi citada e usada como referência recorrentemente. Portanto, ao mesmo tempo em que o autor trabalhava para oferecer uma versão anotada da *História geral* ao longo do ano de 1929, era escrito o prefácio e publicado o volume das *Denúncias de Pernambuco* (GARCIA, 1929: VIII, XII-XIV, XVI-XIX, XXIII, XXVIII-XXX, XXXIII).

Quanto à utilização de Varnhagen, é importante notar que a edição da *História geral do Brasil* utilizada por Capistrano foi justamente aquela que o próprio historiador estava em vias de anotar e criticar. O *Prefácio* de Capistrano é datado de 1922 e sua edição anotada da *História geral* foi produzida entre 1906 e 1928, de forma que podemos julgar que os estudos críticos de Capistrano sobre as fontes coloniais em questão tenham sido executados ao mesmo tempo que seu trabalho de anotação da terceira edição da *História* de Varnhagen (ABREU, 1935: XXIX).

Dessa maneira, os estudos de Capistrano e Garcia acerca dos volumes da *Primeira visitaçãõ do Santo Officio ás partes do Brasil* não estavam desconectados de seus estudos relativos à anotação da obra de Varnhagen, assim como das demais fontes coloniais que os autores também prefaciavam, anotavam e editavam concomitantemente a essa tarefa. Parece que de certa forma, as possibilidades de se contar a história do Brasil sem tocar nesses documentos eram restritas e apenas começavam a aumentar à medida em que monografias e novos estudos eram realizados, assim como novas fontes descobertas.

Assim, o discurso histórico presente tanto nos *metatextos* da *História geral do Brasil* quanto nos *metatextos* dos documentos editados e comentados por Garcia e Capistrano apresentam uma conformação similar oriunda dessa espécie de movimento circular de autorreferenciação do discurso que surge, num primeiro momento, graças à recorrência de um determinado conjunto de documentos e suas respectivas informações potenciais. Vale ressaltar uma vez mais que não somente existe um grupo de textos de base que fundamentaram tais *metatextos*, como alguns documentos editados com *metatextos* pelos dois autores em questão apareceram fundamentando os prefácios, introduções e notas de rodapé de outros documentos processados por eles.

Tais *metatextos* também afirmam uma proposição acerca da importância dos documentos em questão em relação ao estágio de desenvolvimento da historiografia brasileira, atuando como espécies de sugestões, de questionários mínimos a partir dos quais o processo de evolução da historiografia brasileira deveria ser direcionado. A obra de Frei Vicente, por exemplo, teria o potencial de fechar “as lacunas” da história brasileira, simbolizando uma história do Brasil cuja existência efetiva estaria potencial e possivelmente garantida para além das representações historiográficas. Como escreveu Capistrano (1931: XXII):

*As entradas sertanejas teriam atraído a atenção e o conhecimento dellas não ficaria em nomes escoteiros, sem indicações biographicas, sem achegas geographicas, meros “sujeitos sem predicados”. Muitas anedotas teriam sido colhidas, quebrando a monotonia pedestre ou solemne com que os Rocha Pittas, os Berredos, os Jaboações afrontaram a publicidade. Frei Vicente ultimou a Historia do Brasil em 1627; só um seculo mais tarde sahiu Sebastião da Rocha Pitta com uma Historia... da America portugueza.*⁸

⁸ Grifo do autor.

Assim também ocorreu em relação ao *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa*, editado primeiramente por Varnhagen e algum tempo depois, por Capistrano de Abreu. Em seu *Prologo* à edição de 1867 do *Diário*, Varnhagen escreveu (1867: 3):

A 1ª edição do Diário de Pero Lopes de Souza foi feita em 1839, havendo principalmente em vista o codice original (de letra de Pero Goes, com varios pretendidos retoques inadmissiveis do proprio punho de Martim Affonso de Souza) que existia em Lisboa na Livraria real da Ajuda. Esta edição tem sido sufficientemente dada a conhecer pelos biographos, começando por Brunet (na palavra Souza) e por Mr. Rich na sua Bibliotheca Americana.

Em seu *Prologo*, Varnhagen explicou que suprimira algumas das antigas notas existentes, de forma a ceder lugar à reprodução de documentos que considerava de suma importância para a “História Pátria”, uma vez que o *Diário* “pelo achamento de outros documentos, [havia perdido] uma parte da maxima valia que tinha no momento em que viu pela primeira vez a luz”. Varnhagen afirmou ainda ter sido o *Diário* um dos documentos fundamentais a lançar “luz sobre várias questões intrincadas da primeira época da nossa História”, que possibilitou a crítica das “interminaveis conjecturas de Fr. Gaspar e de Jabotão” (1867: 3-5).

Em 1927, Capistrano publicou uma nova versão do *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa*. O texto continuou basicamente o mesmo. Entretanto, desta vez a edição passou a contar com um *Prefacio de J. Capistrano de Abreu*. Segundo o historiador cearense (1927: s/p):

Entre os manuscritos da Biblioteca da Ajuda, Francisco Adolfo de Varnhagen descobriu um codice relativo á viagem de Martim Affonso de Sousa ao Brasil, attribuido a Pero Lopes de Sousa, seu irmão, donatario das capitancias de Santo Amaro e Tamaracá. Nem Barbosa Machado nem qualquer outro bibliographo referira a obra, conservada em tres copias, e pode-se imaginar seu sobressalto. Cotejando-as preparou um texto, enriqueceu-o de notas preciosas e com os magros recursos de estudante editou alvoroçado o “Diario da navegação da armada que foi á terra do Brasil em 1530... Lisbôa, 1839”.

Em seu *Prefacio*, Capistrano tornou a fazer referência a documentos previamente analisados neste estudo, como foi o caso Frei Vicente do Salvador. Porém, fez questão de registrar que na edição de sua responsabilidade “os factos historicos apontados no ‘*Diário*’ foram esclarecidos, ora mais, ora menos”, sendo que “alguns, extrahidos de documentos castelhanos” haviam sido então “adduzidos pela primeira vez

em livro brasileiro” e “dos documentos, reunidos no segundo volume, alguns” eram “ineditos” (1927: s/p). Desta forma, mesmo se não foi possível encontrar de forma explícita no *Prefacio de J. Capistrano de Abreu* à versão do *Diário* editada em 1927, o movimento de autoreferenciação discursiva analisado mais acima, encontramos indícios de um padrão referente ao discurso acerca da história do Brasil. Percebemos que desde a edição sob responsabilidade de Varnhagen até a de Capistrano, existira uma espécie de emulação da crença na valorização fundamental dos documentos para a composição da história e da historiografia brasileiras. Além disso, essa história deveria ser narrada segundo uma perspectiva orientadora nacional.

Destarte, ficavam registrados em tais *metatextos* os fundamentos de uma proposta historiográfica específica em vias de consolidação e perpetuação. A orientação dos sentidos possíveis de serem implicados às narrativas historiográficas permanecia estável em torno da estrutura axial da história do Estado e da nação, assim como os documentos necessários para a escrita dessas narrativas surgiam ao público já circunscritos numa rede prescrições acerca dos discursos possíveis.

Assim, creio que esse *domínio de memória* do campo discursivo foi se consolidando ao longo do processo de construção dos *metatextos alográficos tardios* adicionados aos documentos considerados neste estudo, criando delimitações discursivas que levaram Capistrano a especular, por exemplo, que desde então, a única possibilidade de se produzir uma grande inovação na historiografia brasileira capaz de se tornar “digna do século de Comte e Herbert Spencer”, seria através da utilização “do corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia”. Dessa forma, essa historiografia seria movida “pela teoria da evolução”, mostrando “a unidade que ata os três séculos que vivemos”, unidade essa, lastreada previamente no estabelecimento de um *corpus* documental previamente avaliado e aceito (ABREU, 1931: 139-141; FOUCAULT, 2009: 82).

Referências

- ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.
- _____. *Nota preliminar*. In: SALVADOR, Vicente do, Frei. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, [1931], p.V-XXII.

- _____ . *Prefácio de J. Capistrano de Abreu*. In: MENDOÇA, Heitor Furtado de. *Primeira visitação do Santo Officio as partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Confissões da Bahia (1591-92)*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1935, p.I-XXIX.
- _____ . *Prefacio de J. Capistrano de Abreu*. In: SOUSA, Pero Lopes de. *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa: 1530-1532*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927, s/p.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle: essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen*. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. François Hartog. Paris: EHESS, 2002.
- _____ . *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ / 7Letras, v.8, n.15, p. 159-207, jul.-dez., 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- GARCIA, Rodolfo. *Introdução*. In: MENDOÇA, Heitor Furtado de. *Primeira visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Denúncias de Pernambuco (1593-1595)*. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1929, p.V-XXXIII.
- _____ . *Introdução Geral*. In: CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p.7-28.
- GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.
- MAGALHÃES, D. J. G.. *Os indígenas do Brasil perante a História. Memória oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIII, 1º trimestre. Rio de Janeiro/Nendeln: Kraus Reprint, 1860/1973, p.3-66. Texto disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1860t0023c.pdf>. Acessado em 27/09/2010.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. [Capítulos de Capistrano](#). In: *Modernos Descobrimientos do Brasil*. Texto disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/frame.htm>. Acessado em 19/09/2010.
- MENDOÇA, Heitor Furtado de. *Primeira visitação do Santo Officio as partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Confissões da Bahia (1591-1592)*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1935.

- _____ . *Primeira visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoça: Denúncias da Bahia (1591-1593)*. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1925.
- _____ . *Primeira visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoça: Denúncias de Pernambuco (1593-1595)*. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1929.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.
- RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- SALVADOR, Vicente do, Frei. *Historia do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, [1931].
- SOUSA, Pero Lopes de. *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa: 1530-1532*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927.
- _____ . *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa pela costa do Brazil até o Rio Uruguay (de 1530 a 1532)*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1867.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 4.ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, 1948-1953.
- _____ . *Prologo*. In: SOUSA, Pero Lopes de. *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa pela costa do Brazil até o Rio Uruguay (de 1530 a 1532)*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1867, p.3-7.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.